

ESP-PENITENCIARIA FEMININA SANT ANA

Termo de Referência 63/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
63/2026	380241-ESP-PENITENCIARIA FEMININA SANT ANA	DANIELE CRISTINA FERRAZ	20/07/2026 14:57 (v 0.4)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		006.00304814/2026-07

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de material de consumo "Almoxarifado-EPI'S" para atender setor de infraestrutura e Logística, destinados aos detentos que exercem atividades laborais de manutenção predial, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

ITEM	DESCRIÇÃO	ITEM BEC	ITEM COMPRAS	UNIDADE	QTDE
01	Avental de Proteção; Em Em Raspa de Couro; Medindo Aproximadamente 1,00 Mt. de Comprimento Por 60cm de Largura; Proteção do Usuário Contra Respingo de Solda e Graxa/oleos; Com Manga Comprida, Tipo Barbeiro; Sem Gola; Fechamento Através de Tiras de Ajuste Na Cintura; Com Certificado de Aprovação do Ministério do Trabalho	3259536	345131	Unidade	10
02	Bota de Segurança; Com Cabedal Em Borracha; Tamanho 40 ; Cor Preta; Modelo Unissex; Sem Fechamento; Cano Longo (+/- 35cm); Solado Em borracha Antiderrapantea; Solado Injetado Direto No Cabedal; Palmilha de Montagem Em Borracha; Palmilha Higienica Antibactericida; Atendendo Exigencia de Seguranca Conforme Nbr 20345;	3355993	444188	Unidade	20
03	Bota de Segurança; Com Cabedal Em Borracha; Tamanho 41 ; Cor Preta; Modelo Unissex; Sem Fechamento; Cano Medio; Solado Em Borracha Antiderrapante; Solado Injetado Direto No Cabedal; Palmilha de Montagem Em Borracha; Sem Palmilha Higienica; Biqueira Em Resina; Atendendo Exigencia de Seguranca Conforme Nbr.20345 e Certificado do Ministerio do Trabalho válido	5967970	444186	Par	20
04	Bota de Segurança; Com Cabedal Em Borracha; Tamanho 42 ; Cor Preta; Modelo Masculino; Sem Fechamento; Cano Medio; Solado Em Borracha Antiderrapante; Solado Injetado Ao Cabedal; Palmilha				

	de Montagem Em Borracha; Sem Palmilha Higienica; Biqueira Em Resina; Atendendo Exigencia de Seguranca Conforme Nbr 20345;	1969048	444183	Par	20
05	Bota de Segurança; Com Cabedal Em Borracha; Tamanho 39 ; Cor Preta; Modelo Unissex; Sem Fechamento; Cano Medio; Solado Em Borracha Antiderrapante; Solado Injetado Direto No Cabedal; Palmilha de Montagem Em Borracha; Sem Palmilha Higienica; Biqueira Em Resina; Atendendo Exigencia de Seguranca Conforme Nbr.20345 e Certificado do Ministerio do Trabalho válido;	5967953	444187	Par	20
06	Botina de Proteção; Em Vaqueta Relax Curtida Ao Cromo, Sem Componentes Metalicos; Com Espessura de Aproximadamente Entre 1,8mm a 2mm; No Tamanho 35 ; Na Cor Preta; Modelo Unissex,(proteção Contra Agentes Abrasivos,escoriantes Perfurantes e Choques Eletricos); Com Solado Em Poliuretano Bidensidade Bicolor Injetado Direto Aoc Abedal Com Absorção de Impacto, Antiderrapante; Com Biqueira Em Composite; Com Elastico Nas Laterais Com Palmilha de Montagem Em Poliester Resinado Pelo Sistema Strobel; Com Palmilha higienica Antibacteriana; Contraforte Em Material Resinado Termoconformado Com espessura Minima de 1,5mm; Com Costura Simples,duplas e Quadruplas Em Linhas de Nylon Dealta Tenacidade; Com Certificacao de Aprovação do Ministerio do Trabalho e Emprego; Nbr 20345;	4875648	440364	Par	20
07	Botina de Protecao; Em Vaqueta Relax Curtida Ao Cromo Sem Componentes Metalicos; Com Espessura de Aproximadamente Entre 1,8mm a 2mm; No Tamanho 36 ; Na Cor Preta; Modelo Unissex,(proteção Contra Agentes Abrasivos, escoriantes Perfurantes e Choques Eletricos); Com Solado Em Poliuretano Bidensidade Bicolor Injetado Direto Ao Cabedal Com Absorção de Impacto, Antiderrapante; Com Biqueira Em Composite; Com Elastico Nas Laterais; Com Palmilha de Montagem Em Poliester Resinado Pelo Sistema Strobel; Com Palmilha higienica Antibacteriana; Contraforte Em Material Resinado Termo conformado Com Espessura Minima de 1,5mm; Com Costura Simples,duplas e Quadruplas Em Linhas de Nylon Dealta Tenacidade; Com Certificacao de Aprovação do Ministerio do Trabalho e Emprego; Nbr 20345;	4876857	362850	Par	20
08	Botina de Proteção; Em Vaqueta Relax Curtida Ao Cromo Sem Componentes Metalicos; Com Espessura de Aproximadamente Entre 1,8mm a 2mm; No Tamanho 37 ; Na Cor Preta; Modelo Unissex,(proteção Contra Agentes Abrasivos,escoriantes Perfurantes e Choques Eletricos); Com Solado Em Poliuretano Bi-densidade Bicolor Injetado Direto Ao Cabedal Com Absorção de Impacto, Antiderrapante; Com Biqueira Em Composite; Com Elastico Nas Laterais; Com Palmilha de Montagem Em Poliester Resinado Pelo Sistema Strobel; Com Palmilha Higienica Antibacteriana; Contraforte Em Material Resinado Termoconformado Com Espessura Minima de 1,5mm; Com Costura Simples,duplas e Quadruplas Em Linhas de Nylon Dealta Tenacidade; Com Certificacao de	4876865	362852	Par	20

	Aprovação do Ministério do Trabalho e Emprego; Nbr 20345;				
09	Botina de Proteção; Em Vaqueta Relax Curtida Ao Cromo, Sem Componentes Metálicos; Com Espessura de Aproximadamente Entre 1,8mm a 2mm; No Tamanho 38 ; Na Cor Preta; Modelo Unisex, (proteção Contra Agentes Abrasivos, escoriantes Perfurantes e Choques Elétricos); Com Solado Em Poliuretano Bidensidade Bicolor Injetado Direto Ao Cabedal Com Absorção de Impacto, Antiderrapante; Com Biqueira Em Composite; Com Elástico Nas Laterais; Com Palmilha de Montagem Em Poliéster Resinado Pelo Sistema Strobel; Com Palmilha Higiênica Antibacteriana; Contraforte Em Material Resinado Termoconformado Com Espessura Mínima de 1,5mm; Com Costura Simples, duplas e Quadruplas Em Linhas de Nylon De alta Tenacidade; Com Certificação de Aprovação do Ministério do Trabalho e Emprego; Nbr 20345;	4876873	362851	Par	20
10	Botina de Proteção; Em Vaqueta Relax Curtida Ao Cromo, Sem Componentes Metálicos; Com Espessura de Aproximadamente Entre 1,8mm a 2mm; No Tamanho 39 ; Na Cor Preta; Modelo Unisex, (proteção Contra Agentes Abrasivos, escoriantes Perfurantes e Choques Elétricos); Com Solado Em Poliuretano Bidensidade Bicolor Injetado Direto Ao Cabedal Com Absorção de Impacto, Antiderrapante; Com Biqueira Em Composite; Com Elástico Nas Laterais; Com Palmilha de Montagem Em Poliéster Resinado Pelo Sistema Strobel; Com Palmilha Higiênica Antibacteriana; Contraforte Em Material Resinado Termoconformado Com Espessura Mínima de 1,5mm; Com Costura Simples, duplas e Quadruplas Em Linhas de Nylon De alta Tenacidade; Com Certificação de Aprovação do Ministério do Trabalho e Emprego; Nbr 20345	4876881	362853	Par	20
11	Botina de Proteção ; Em Vaqueta Relax Curtida Ao Cromo, Sem Componentes Metálicos; Com Espessura de Aproximadamente Entre 1,8mm a 2mm; No Tamanho 40 ; Na Cor Preta; Modelo Unisex (proteção Contra Agentes Abrasivos, escoriantes Perfurantes e Choques Elétrico; Com Solado Em Poliuretano Bidensidade Bicolor Injetado Direto Ao Cabedal Com Absorção de Impacto, Antiderrapante; Com Biqueira Em Composite; Com Elástico Nas Laterais; Com Palmilha de Montagem Em Poliéster Resinado Pelo Sistema Strobel; Com Palmilha Higiênica Antibacteriana; Contraforte Em Material Resinado Termoconformado Com Espessura Mínima de 1,5mm; Com Costura Simples, duplas e Quadruplas Em Linhas de Nylon De alta Tenacidade; Com Certificação de Aprovação do Ministério do Trabalho e Emprego; Nbr 20345;	4876890	362854	Par	20
	Botina de Proteção ; Em Vaqueta Relax Curtida Ao Cromo Sem Componentes Metálicos; Com Espessura de Aproximadamente 1,8mm a 2mm; No Tamanho 41 ; Na Cor Preta; Modelo Unisex, (proteção Contra Agentes Abrasivos, escoriantes Perfurantes e Choques				

12	Elétricos); Com Solado Em Poliuretano Bi-densidade Bicolor Injetado Direto Ao Cabedal Com Absorção de Impacto, Antiderrapante; Com Biqueira Em Composite; Com Elastico Nas Laterais; Com Palmilha de Montagem Em Poliéster Resinado Pelo Sistema Strobel; Com Palmilha Higienica Antibacteriana; Contraforte Em Material Resinado Termo conformado Com Espessura Mínima de 1,5mm; Com Costura Simples, duplas e Quadruplas Em Linhas de Nylon De alta Tenacidade; Com Certificacao de Aprovação do Ministerio do Trabalho e Emprego; Nbr 20345;	4876903	362835	Par	20
13	Botina de Proteção; Em Vaqueta Relax Curtida Ao Cromo Sem Componentes Metalicos; Com Espessura de Aproximadamente Entre 1,8mm a 2mm; No Tamanho 42; Na Cor Preta; Modelo Unisex,(proteção Contra Agentes Abrasivos, escoriantes Perfurantes e Choques Elétricos); Com Solado Em Poliuretano Bi-densidade Bicolor Injetado Direto Ao Cabedal Com Absorção de Impacto, Antiderrapante; Com Biqueira Em Composite; Com Elastico Nas Laterais; Com Palmilha de Montagem Em Poliéster Resinado Pelo Sistema Strobel; Com Palmilha Higienica Antibacteriana; Contraforte Em Material Resinado Termo conformado Com Espessura Mínima de 1,5mm; Com Costura Simples, duplas e Quadruplas Em Linhas de Nylon De alta Tenacidade; Com Certificacao de Aprovação do Ministerio do Trabalho e Emprego; Nbr 20345	4876911	370209	Par	20
14	Botina de Proteção; Em Vaqueta Relax Curtida Ao Cromo, Sem Componentes Metalicos; Com Espessura de Aproximadamente Entre 1,8mm a 2mm; No Tamanho 43; Na Cor Preta; Modelo Unisex(proteção Contra Agentes Abrasivos, escoriantes Perfurantes e Choques Elétrico; Com Solado Em Poliuretano Bidensidade Bicolor Injetado Direto Ao Cabedal Com Absorção de Impacto, Antiderrapante; Com Biqueira Em Composite; Com Elastico Nas Laterais; Com Palmilha de Montagem Em Poliéster Resinado Pelo Sistema Strobel; Com Palmilha Higienica Antibacteriana; Contraforte Em Material Resinado Termo conformado Com Espessura Mínima de 1,5mm; Com Costura Simples, duplas e Quadruplas Em Linhas de Nylon De alta Tenacidade; Com Certificacao de Aprovação do Ministerio do Trabalho e Emprego; Nbr 20345	4876920	362559	Par	20
15	Luva de Segurança; Em Poliamida e Elastano, Tricotada; No Tamanho 10; para Proteção de Usuário de Agentes Abrasivos, Escoriantes, Cortantes e Perfurantes; Cano Longo; Com Punho Tricotado Em Nylon e Elastano; Dorso Em Poliamida e Elastano; Palma Com Revestimento Em Pigmentos Nitrilicos Antiderrapantes, Face Palmar Dos Dedos, e Ponta Dos Dedos; Forro Em Poliamida; e Suas Condições Deverão Atender a Norma En 388/2003, Com Desempenho Mínimo 4121; Deverá Ter Certificado de Apreciação do Do Ministerio do Trabalho;	6363067	604688	Par	150
	Máscara de Proteção para Solda; Com Escurecimento Automático; Aprovado Conforme Ansi Z-87,1, Registro Camte; Lente Protetora Acrilica				

16	Resistente a Impactos e Removível para Limpeza; Com 4 Lentes obressalentes; Cassete Plastico de Alta Resistencia a Prova de Fogo; Carneira Regulavel Horizontal e Vertical; Escurecimento No Estado Aberto Din 4; Escurecimento Fechado Din 9 a Din 13; Ajuste do Escurecimento Atraves de Potenciometro Externo; Ajuste de Sensibilidade Potenciometro Interno; Ajuste do Retardo Atraves de Potenciometro Interno; Tempo Clareamento 0,1 S; Protecao Ultravioleta Infravermelho; Alimentação Atraves de Celula Solar; Bateria Selada; Garantia Mínima de 6 Meses.	3763226	613684	Unidade	04
17	Óculos de Proteção; Destinado para Manutenção Em Geral, trabalhos Em Altura e Com Exposição a Radiação Solar; Composto de Armação, Haste, Tirante e Lentes; Com Armacao Em Material Plastico Preto Com Revestimento de Espuma Cinza; Com Hastes Em Plastico Duro Revestido Com Plastico Macio e Flexivel; Com Protecao Lateral Moldada Na Propria Armacao; Hastes Articuladas Com Dispositivo Que Possibilite a Troca Com o Tirante Elastico (intercambiavel); Lente Devera Ser Em Policarbonato Anti-enbaçante; Resistente a Risco e Impacto, Resistente a Particulas Volantes frontais e Radiacao Luminosa Nao Intensa; o Oculos Devera Proporcionar Conforto e Otima Visibilidade; Com Lente Na Cor Incolor; Tirante de Ajuste Com Elastico; Embalado Individualmente Em Embalagem Apropriada; Com Garantia Total de No Minimo 01 Ano; e Suas Condiçoes Deverao Atender a Norma Ansi.z.87.1,csa.z.94.3,ca Válido do Ministerio do Trabalho e Emprego Gravado Na Armação	6465773	450515	Unidade	25
18	Perneira de Proteção; Confeccionada Em Couro Tipo Raspa; Tamanho Unico; Fechamento Por Velcro e Tira Resistencia Contra Agentes Termicos, abrasivos, escoriantes, cortantes e Soldagem; Garantia Contra Defeitos de Fabricao; Com C.a. Válido do Ministério do Trabalho e Normas En Iso 11611:2015 ,em Iso 11612: 2015	5906792	323091	Unidade	08
19	Protetor Auditivo; do Tipo Concha Acústica (abafador de Ruidos), Kit Com Conchas, Hastes e Acopladores; Composto de Concha Em Pead (polietileno de Alta Densidade), Espuma Interna Em Pu (poliuretano); Com Nivel de Protecao de 14db Nrrsf; e Suas Condições Deverão Atender a Nbr 16076 - 2016 - Método B;	6431038	318473	Unidade	50
20	Protetor Facial; Constituído de Visor Em Pet, Tipo Face shield; Regulagem de Tamanho Atraves de Catraca Acoplada a Coroa; Visor Em Polietileno Tereftalato (pet); Lente do Visor Com Espessura de 3,0 mm; Visor Medindo Aproximadamente 200mm de Largura e 190mm de Altura; Protetor No Formato Bolha; Visor e Coroa Fixados Atraves de 3 Parafusos Metalicos; Suas Condiçoes Deverao Estar de Acordo Com a Norma Ansi/isea Z87.1-2015;	5691427	456249	Unidade	10
	Protetor Auditivo; do Tipo Plug; Composto de Silicone Grau Farmaceutico, No Formato Conico Com3				

21	Flanges; Com Nivel de Protecao de No Minimo 15db Nrrsf; Interligados Atraves de Cordao de Poliester Ou Similar, Acondicionado Em Embalagem Individual; e Suas Condicoes Deverao Atender a Ansi S.12.6/1997, nome do Fabricante,lote,nr.do Cagravados No Corpo do Epi;	6461735	337283	Unidade	50
----	---	---------	--------	---------	----

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados com material de consumo, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termo do Decreto estadual 68.017 de 11 de outubro de 2023.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, observando o disposto no artigo 20 da Lei nº 14.133, de 2021 e no Decreto nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

1.4. O prazo de vigência da contratação se dará a partir da data da assinatura do contrato com término em 31/10/2026 na forma do artigo 105 da lei 14133 de 2021.

1.5. O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação.

Subcontratação

1.6. O Contratado não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente o objeto contratual.

2. Fundamentação da contratação

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual de 2026, nos termos do Decreto estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023, conforme consta das informações básicas deste Termo de Referência.

3. Descrição da solução

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1. O catálogo de materiais (CATMAT) apresenta alguns itens classificados como sustentáveis, identificados por uma marcação (folhinha verde) que mostra que o item está classificado como sustentável.

Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):

4.2. não se aplica.

Da vedação de contratação de marca ou produto

4.3. não se aplica

Da exigência de amostra

4.4. não se aplica

4.5. não se aplica

4.6. não se aplica

4.7. não se aplica

4.8. não se aplica

4.9. não se aplica

4.10. não se aplica

4.11. não se aplica

4.12. não se aplica

4.13. não se aplica

4.14. não se aplica

Da exigência de carta de solidariedade

4.15. não se aplica

Garantia da contratação

4.16. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

4.17 não se aplica

4.18 não se aplica

4.19 não se aplica

Reserva de Cota para ME/EPP/EQUIPARADAS

4.20 Em cumprimento ao inciso III do artigo 48 da Lei Complementar nº 123, de 2016, os itens 3, 8, 15 e 17, constitui(em) cota(s) reservada(s) para a contratação de microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas que atendam ao disposto no art.34 da Lei nº 11.488, de 2007 (ME/EPP/EQUIPARADAS), observando o limite legal , conforme o detalhamento constante deste Termo de Referência.

4.20.1 Se o mesmo licitante vencer a cota reservada e a cota principal, será efetuada negociação para que a contratação de ambas as cotas, ocorra pelo valor menor.

5. Modelo de execução do objeto

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1 O prazo de entrega dos bens é de 15 (quinze) dias, contados da emissão do empenho, em remessa única.

5.2 - Caso não seja possível a entrega na data assinalada, o fornecedor deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 02 (dois) dias de antecedências para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.4 Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço:

UNIDADE	ENDEREÇO COMPLETO PARA ENTREGA
Penitenciária Feminina Sant'Ana	Avenida General Ataliba Leonel, 656 - Carandiru - São Paulo/SP CEP-02088900

5.5 não se aplica.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.6. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

6. Modelo de gestão do contrato

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o Contratante e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante da Contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17](#));

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II](#));

6.7.2. não se aplica;

6.7.3. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art.17, inciso IV](#));

6.7.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso ([Lei federal nº 14.133, de 2021, artigo 117, parágrafo 2º](#));

6.7.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II](#)).

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art.18, inciso II e III](#)).

6.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, inciso IV](#));

6.8.2. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preenchem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do artigo 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.9. não se aplica

Gestor do Contrato

6.10. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato. ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º](#)).

6.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso IX](#)).

6.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VII](#)).

6.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VIII](#)).

6.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VII e parágrafo único](#)).

6.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação do Contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Não se aplica

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal /Fatura no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de (10) dez dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais ([art. 7º, I, e §2º e 3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.9.1. O prazo de que trata a subdivisão acima será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação nele especificada, no caso de contratação decorrente de despesas cujo valor não ultrapasse o limite de que trata o [inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de Abril de 2018 c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do [art.2º, II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#).

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (artigo 2º, inciso II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023 c/c o artigo 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados pro rata temporis, em relação ao atraso verificado.

Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil.

7.20.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no " Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais - CADIN ESTADUAL", no qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do artigo 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

7.24. não se aplica

7.25. não se aplica

7.26. não se aplica

7.27. não se aplica

7.28. não se aplica

7.29. não se aplica

7.30. não se aplica

7.31. não se aplica

7.32. não se aplica

8. Critérios de seleção do fornecedor

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE RECEBIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **menor preço**.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será **com entrega imediata**.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidas conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

- 8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 8.7. **Sociedade empresária:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;
- 8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado a Lei nº 12.690, de 2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 8.12. não se aplica;
- 8.13. não se aplica;
- 8.14. Ato de autorização para o exercício da atividade, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- 8.15. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 8.16. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 8.17. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- 8.18. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.19. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 8.20. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.21. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital quanto ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.22. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, em relação as quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 8.23. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.24. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021 c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023), ou de sociedade simples;

8.25. Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária;

8.26. não se aplica

8.27. não se aplica

Qualificação Técnica

8.28. não se aplica

8.29. não se aplica

8.30. não se aplica

Outras Comprovações

8.31 não se aplica

8.32 Tratando-se de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no artigo 16 da Lei nº 14.133/2021:

8.32.1 A relação dos cooperados que atendem os requisitos técnicos exigidos para contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitando o disposto nos artigos 4º inciso XI, 21, inciso I e 42, § 2º a 6º da Lei nº 5.764, de 1971;

8.32.2 A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual - DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.32.3 Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

8.32.4 Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia;

8.32.5 Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.32.6 A última auditoria contábil financeira da cooperativa, conforme dispõe o artigo 112 da Lei Nº 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da Lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

8.32.7 Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento à subdivisões anteriores.

9. Estimativas do Valor da Contratação

[Conteúdo Sigiloso | Justificativa: O valor estimado da contratação tem caráter sigiloso e não será tornado público antes de definido o resultado do julgamento das propostas. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.]

10. Adequação orçamentária

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: **380241**

II) Fonte de Recursos: **150010001**

III) Programa de Trabalho: **380.303**

IV) Elemento de Despesa: **339030**

V) Plano Interno: não se aplica

10.3. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

FRANCIANY MIRANDA MEMOLI

Chefe de Seção de Administração



Assinou eletronicamente em 20/07/2026 às 14:57:38.